

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NO CURSO DE MÚSICA DA UECE

ELÍDIA CLARA AGUIAR VERÍSSIMO

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. Tomaz Tadeu da Silva (2004, p.150).

O foco desta discussão curricular é o descompasso entre a formação inicial do licenciado em música e a sua futura atuação no mercado de trabalho, ou como professor de música ou como profissional músico que extrapola o ofício pedagógico. Questiona-se a preparação que os cursos de licenciatura estão proporcionando aos futuros professores de música. A construção do projeto pedagógico para a área de música precisa ser repensada e as reflexões sobre o conhecimento curricular específico precisam ser levadas em consideração, para o ajuste do vínculo entre o currículo e a área de atuação em diferentes contextos educacionais, ideológicos e sócio-culturais, da sociedade como um todo. Faz-se urgente o estabelecimento de um currículo mais abrangente, para inserir no mercado de trabalho o professor de música egresso de uma licenciatura, com uma bagagem de conhecimentos musicais compatíveis com o seu ofício pedagógico.

É preciso propor o redimensionamento da formação inicial de professores de música. Esta deve ter vínculo direto com a atuação profissional. Precisam ser revistas também as concepções referentes ao papel do professor como sujeito, como ser reflexivo que reexamina sua prática continuamente e constrói suas ações de ensino. Como mobilizador de saberes e formador de opinião, o professor deve construir também suas próprias concepções de ensino, o que implica em construir sua identidade de educador, comprometido não apenas com a reprodução ou repasse

de conteúdos, mas com o investimento em uma base pedagógica mais sólida, desde sua formação inicial. Isso não quer dizer que o estudante de um curso superior de música deva prescindir de um repertório de conhecimentos profissionais indispensáveis ao exercício da educação musical.

Diante dos progressos realizados nos campos científico e tecnológico, a discussão que tem dominado o cenário atual da educação inclui temas transversais tais como: ética, direitos humanos, respeito ao meio ambiente, cidadania, multiculturalismo, estética, saúde e sexualidade. Estes pontos vão ao encontro da nova visão interdisciplinar do conhecimento. E as reformas curriculares na área de música também precisam suprir necessidades dos alunos que a universidade recebe das escolas e os forma professores para os ensinos infantil, fundamental e médio, completando um processo cíclico de socialização do conhecimento.

A universidade, ao trabalhar numa dimensão comunitária, também deve considerar o ensino informal no âmbito da etnopedagogia de educação musical. Contemplaria, assim, o ensino e a aprendizagem das manifestações musicais de tradição oral. Por outro lado, a multimídia tem um papel determinante na formação do gosto musical de crianças e adolescentes, com uma velocidade que o trabalho do educador ainda não conseguiu superar, para propor a visibilidade de outros gostos e saberes musicais.

Nosso desafio na universidade é mudar as formas de conhecimento baseadas em textos, nas quais temos fortemente investido e adquirido penosamente ao longo de décadas, e abrir-nos nós mesmos para novas formas pós-escritas e pós-simbólicas. Nossos públicos ou, no jargão do mercado, nossos *fregueses*, estão à frente de nós, tendo crescido a familiaridade com a televisão, filmes, computadores e crescentes formas multimídias, em oposição à dependência à imprensa da geração pós-guerra, que agora está entrando nos 50. (FEATHERSTONE, 2000, p. 8).

A citação acima reforça a idéia de que o educador musical ainda não conseguiu desenvolver a diversificação cultural, sobretudo na clientela com opinião formada pela mídia televisiva. O alcance mais efetivo da Etnomusicologia pode ser um caminho para redimensionar esta questão, através

de contribuição relevante da interdisciplinaridade dos estudos culturais para a transformação da postura pedagógica contemporânea. A Profa. Elba Braga Ramalho defende a adoção de um currículo mais abrangente para as Licenciaturas de Música, em que os estudos sobre a cultura oral estejam inseridos:

Posso acrescentar que os estudos atuais sobre as culturas de tradição oral também têm trazido significativas contribuições para a cultura letrada, levando-nos a conceber outro modo de enfrentar tais fenômenos, principalmente diante da constatação de que cada cultura tem seus próprios códigos, sua própria racionalidade; de que cada cultura deve ser abordada com critérios que partam dela própria. A música, apesar de seu registro escrito, também revela seu aporte no campo da oralidade, pois sabemos que as prescrições da partitura não revelam o evento sonoro na sua totalidade. (RAMALHO, 2003, p. 48).

O Currículo precisa estar em constante processo de avaliação para acompanhar as mudanças sociais e aliar-se às novas modalidades de aprender, que consideram o respeito aos contextos diversificados de onde vêm os aprendizes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam a aquisição do conhecimento pelo educando em combinação com o respeito aos saberes que ele já traz consigo. O profissional para lidar com essa clientela deve atender ao perfil de professor agente, com capacidade de iniciativa e inovação, atento a um processo de aprendizagem contínua ou formação continuada. O respeito às diferenças liberta o discurso cultural da padronização do conhecimento, pois a criatividade do professor deve funcionar como um instrumento de libertação do potencial de habilidades do educando: no aluno está centrada a ação pedagógica. A criatividade do professor deve ser entendida como a competência de usar estratégias eficazes para despertar saberes no aluno, que possam ajudá-lo a traçar sua trajetória profissional. A flexibilização dos percursos de formação, mediante uma orientação acadêmica, pode dar ao aluno subsídios para construir seu próprio currículo, conforme o perfil profissional desejado.

Como já me referi anteriormente, a versão do novo paradigma educacional caracteriza-se pela ênfase à transversalidade, em que se valoriza a descentralização de

poderes, cresce a consciência ecológica e se dá voz às minorias e ao pluralismo cultural. Para conviver com a autenticidade de outras vozes e respeitar diferentes culturas, a escola precisa ser redimensionada como espaço de multiplicação de saberes. O currículo precisa ser revisto para contemplar diferentes necessidades, no contexto da diversidade cultural. Questiona-se a fragmentação dos currículos, que não acompanham satisfatoriamente o ritmo acelerado do mundo contemporâneo e as exigências do mercado de trabalho. O perfil do professor deve ser compatível com esse contexto de mudanças, em que um outro paradigma deve ser aplicado ao papel do mediador de conhecimentos.

Na discutida chegada da pós-modernidade ao contexto educacional vigente, admite-se o currículo como construção social. Ao receber e examinar contribuições do pensamento crítico pós-moderno, a universidade reflete sobre a sua função de formadora de professores, mas lida com a dificuldade de implementação do paradigma inovador e conta ainda com a resistência de membros do corpo docente e administrativo da instituição.

O cotidiano do ensino é determinante para que seja repensado o currículo, em que a flexibilidade deve ter presença constante na relação didática entre professor e aluno. Além de um planejamento flexível, o mediador de conhecimentos deve estabelecer uma relação mais aberta no que diz respeito ao encaminhamento da formação do educando. Deve também preparar-se para enfrentar com sucesso situações diversificadas na sala de aula, em que os resultados nem sempre são previsíveis. A aprendizagem é construída continuamente e o professor enfrenta desafios em situações ambíguas e de conflito.

Verifica-se uma tensão entre o novo e o velho no contexto da reforma paradigmática. Entretanto, deve haver uma mudança eficaz do pensamento e da prática dos profissionais da educação para colocar de fato o aluno no centro da aprendizagem e das reformas curriculares. Retoma-se a negociação do currículo com o principal interessado, o aluno. A operacionalização dessa construção aberta do currículo ainda é um grande desafio para as instituições de ensino.

A partir de uma postura mais inclusiva, o professor, ao centrar a ação pedagógica no aluno, dá outra dimensão

ao seu trabalho, pois ouvir o educando é considerá-lo peça fundamental para a relação ensino-aprendizagem, como porta-voz de necessidades de um grupo que demanda mudanças no contexto educacional.

Para se assumir o papel de professor universitário, é necessário saber qual a finalidade da universidade e do curso para os quais prestou concurso. O professor, quando se submete a essa avaliação para ingresso como docente universitário, é observado apenas por seu domínio na área específica em que se inscreveu. Ao assumir a sala de aula, constata sua insuficiência a respeito de sua didática, da metodologia de repassar seu conhecimento aos alunos. Essa situação se agrava por não receber nenhuma orientação por parte da instituição sobre o processo de planejamento, metodológico ou didático. O professor se sente solto sem o menor acompanhamento, nem presta contas de suas ações em sala de aula. Não existe nenhum tipo de avaliação nem apresentação de relatórios de sua ação docente.

Em sua vida acadêmica de formação como professor, não dá a devida importância ou não tem consciência e maturidade para as disciplinas pedagógicas. Daí o despreparo sobre pedagogia, metodologias da didática. Há também situações de profissionais que vêm de Bacharelados para assumir o papel de docentes universitários, como profissionais que se formaram em Bacharelado em Instrumento Musical. Utiliza-se da experiência de seu cotidiano como professor particular de instrumento e transfere essa experiência a sua nova vida de docente universitário.

Por não haver um acompanhamento político-pedagógico em suas ações, encadeará outras problemáticas, como o isolamento de conteúdo entre as disciplinas, tornando o currículo fragmentado. Precisa haver uma conexão ou discussão entre os docentes universitários em prol da interdisciplinaridade ou continuação de conteúdo em que o aluno sinta um percurso em seu currículo. Há um desconhecimento, entre os docentes, das metodologias utilizadas. É constante a reclamação dos alunos da descontinuidade de conteúdo e metodologia em disciplinas divididas em blocos (I, II, III ...), em que se observa um descompasso nos conteúdos.

Observa-se, também, a falta de comprometimento com a instituição em relação ao objetivo do curso de for-

mação para futuros professores. Tem-se a impressão de que alguns professores estão no ofício “à força” como se a docência fosse sua única opção de trabalho.

Deve-se pensar no currículo como formação social em conexão com a realidade extra universidade a qual o aluno enfrentará. Como professora, o contexto que me é mais familiar é o do extinto Departamento de Artes da Universidade Estadual do Ceará – UECE, cujo Projeto Político Pedagógico priorizou a reestruturação curricular do Curso de Música, em 2002. O curso anterior era composto de três modalidades: Licenciatura Plena, Bacharelado em Piano e Bacharelado Geral. Esse último foi criado para atender aos alunos que não desejavam seguir uma carreira de professor. Tinha as mesmas disciplinas da licenciatura, menos as pedagógicas. Com a reestruturação curricular, o curso atual passou a oferecer duas modalidades: Licenciatura Plena e Bacharelado em Música com Habilitação. Houve, pois, um enxugamento curricular dos cursos, numa tentativa de readequação às necessidades reais do mercado de trabalho e formação específica de professores de música.

A flexibilização e a reestruturação curricular do Curso de Música da UECE pretendem atender os profissionais de música segundo quatro áreas de conhecimento com habilitações específicas em suas sub-áreas de formação, conforme a descrição abaixo:

#### Área de conhecimento: **I Práticas Interpretativas**

Sub-área:	Instrumento, voz e regência
Modalidade:	Bacharelado em Música com Habilitação em Instrumento
	Bacharelado em Música com Habilitação em Canto
	Bacharelado em Música com Habilitação em Regência

#### Área de conhecimento: **II Composição**

Modalidade:	Bacharelado em Música com Habilitação em Composição
-------------	---

#### Área de conhecimento: **III Música Popular**

Modalidade:	Bacharelado em Música com Habilitação em Instrumento
-------------	--

#### Área de conhecimento: **IV Educação Musical**

Modalidade:	Licenciatura Plena
-------------	--------------------

A fase inicial de implantação do novo currículo ocorreu em 2003.1 com as modalidades de Licenciatura Plena e Bacharelado em Música com Habilitação em Instrumento – Piano e Flauta Transversa. A implantação das demais modalidades está na dependência de questões administrativas, tais como retorno de professores afastados para estudos de pós-graduação e abertura de novos concursos para as carências no corpo docente.

Uma das vantagens do enxugamento do tempo de permanência do aluno em sala de aula é a oportunização de tempo para estudo domiciliar do músico. Apesar de permanecer com nove semestres, a graduação reduziu a maratona de disciplinas a que o aluno era submetido no currículo anterior. Acredita-se que a qualidade do curso melhorou com o afunilamento de disciplinas voltadas especificamente para o ensino de música e com a organização do fluxograma curricular com os seguintes campos de conhecimento: instrumental, fundamentos teóricos, pesquisa, pedagógico e humanístico e/ou integração. Ao poder traçar o seu próprio percurso curricular, o aluno é estimulado a reduzir também o seu tempo de permanência na graduação, o que se revelava um problema crítico na Universidade.

O efeito qualitativo da reestruturação curricular é constatado desde a prova de aptidão a que os alunos são submetidos para ingresso no curso. Ao compromisso com o domínio das questões específicas de teoria musical, de percepção auditiva com ditado melódico e ritmo e de apreciação musical, acrescentou-se mais cuidado à qualificação do candidato. Deve-se ressaltar que o teste de aptidão sempre foi criterioso, mas o atual exige mais conhecimentos específicos, pois privilegia também o conhecimento prático. É apresentada uma audição de uma obra musical, cuja identificação não é informada. O aluno, ao ouvi-la, identificará suas características: época, gênero, instrumental, forma e compositor. Há também questões sobre a história da música ocidental e brasileira.

Ao ingressarem no curso, os alunos trazem seus conhecimentos musicais, empíricos ou formais. Alguns vêm de escolas médias de música, como o Conservatório Alberto Nepomuceno, curso de extensão da UFC, CEFET, bandas de música, como a do Colégio Piamarta, bandas militares ou municipais e de escolas particulares de instrumentos musicais.

Já que as escolas de nível médio e fundamental não suprem a formação artística, especificamente musical, dos seus alunos, o Curso de Música da UECE criou sua extensão para atender essa deficiência. De uma média de 240 candidatos à prova de aptidão, apenas a metade consegue passar. Diante desse quadro, a extensão criou dois tipos de curso: o curso livre, com uma aula de instrumento e outra de teoria musical, e um curso para preparar o candidato ao curso superior de música. Nesse, o aluno tem uma aula de instrumento, de percepção musical, de história da música e coral. Assim o curso de extensão garantirá subsídios para a qualidade do curso superior e possibilitará aos alunos mais uma opção de formação musical de nível médio.

Tanto a Licenciatura como o Bacharelado Geral eram compostos de um grande número de disciplinas que não são ligadas diretamente à música. Em 2002, a reforma político-pedagógica que o curso sofreu excluiu essas disciplinas extra-musicais, alterou o número de créditos em outras e acrescentou disciplinas necessárias. No primeiro semestre de 2003, quando o novo currículo foi posto em vigor, a maioria dos alunos do Bacharelado Geral migrou para o curso de Licenciatura Plena reformado, alcançando uma meta pretendida no planejamento da reforma: a atração de alunos do currículo antigo para o novo. Mantiveram-se nos currículos antigos apenas os alunos que já estavam nos três últimos semestres.

A importância da migração do Bacharelado Geral para a Licenciatura Plena foi reconhecida pelos alunos como uma necessidade da atuação profissional enquanto professores de escolas públicas ou privadas. Ao ingressarem no Curso de Música, detentores de saberes musicais, alguns não aspiram, no início de sua carreira acadêmica, atuarem como futuros professores. No decorrer de sua vida universitária e vendo-se na necessidade de trabalhar, a maioria dos alunos ingressa no campo de ensino informalmente e os que já concluíram o Bacharelado Geral voltam para cursar a Licenciatura em Música.

Alguns depoimentos de alunos revelam que sua metodologia de ensino é construída pela necessidade da circunstância do trabalho ofertado a eles. De início ficam hesitantes. Alegam falta de orientação acadêmica para as diferentes pos-

síveis situações que possam encontrar em sua futura vida profissional como educadores. Uma situação que exemplifica essa reivindicação é o desafio de um professor iniciante organizar um coral. Ao ser contratado para lecionar música nas escolas, um diretor solicita que seja formado um coral infantil ou juvenil. O aluno lamenta ter passado por quatro semestres de canto coral e dois semestres de técnica vocal. Sente a necessidade de ter no conteúdo dessas disciplinas o assunto sobre formação e repertório para coro infantil e juvenil. O conteúdo dessas disciplinas aborda a prática de repertório para canto coral de adultos, não contemplando a necessidade específica do futuro professor regente de outra modalidade de coral. E por sua vez, a disciplina de técnica vocal contém uma atividade mais prática de exercícios destinado à voz, sem a especificidade do trabalho com as vozes infantis.

Ao chegarem nas escolas para lecionarem música, os alunos e professores egressos da universidade se deparam com uma clientela com gostos musicais bem diversificados, tais como, forró, rock, funk, axé music, música sertaneja, reggae e dance music. Como conciliar seu conteúdo adquirido na universidade com gostos tão diversos da clientela de escola de nível fundamental? Quando os alunos universitários cursam a disciplina de Didática do Ensino em Música, chegam com o desejo de conhecer e aprender práticas pedagógicas, métodos, exercícios a serem executados em suas experiências profissionais como professores de música. Esperam da disciplina uma atividade mais prática do que teórica, simulações de atividades musicais a serem aplicadas em sua vida profissional.

Há alunos da Licenciatura que não almejam ser professores de educação musical nas escolas públicas, mas professores de instrumento a nível médio. Pretendem ensinar em escolas específicas de instrumento, dar aulas particulares ou até montar sua própria escola de instrumento em parceria com outros colegas. Cinco semestres são dedicados às práticas instrumentais na grade curricular. O aluno universitário faz a opção entre violão, piano, e flauta doce. Geralmente ele escolhe dar continuidade à prática do instrumento que já vem tocando antes de ingressar na Universidade.

Observa-se que a reestruturação curricular do Curso de Música da UECE manifestou zelo pela formação especí-

fica de professores de música. Entretanto o foco da problemática está no encaminhamento profissional dos alunos que não pretendem atuar na área pedagógica, embora estejam inseridos no projeto de licenciatura. Faz-se relevante uma investigação sobre o perfil dessa parcela de alunos que ainda não se definiram profissionalmente e a análise de possibilidades de redimensionamento no currículo que correspondam a essa demanda.

### Referências Bibliográficas

- FEATHERSTONE, Mike. Da Universidade à Pós-Universidade? Explorando as possibilidades de novas formas de comunicação. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos e MORAES, Sílvia E. (Orgs.). *Escola e universidade na pós-modernidade*. Campinas - SP: Mercado das Letras, 2000, p. 61 – 99.
- GROSSI, Cristina. Reflexões sobre atuação profissional e mercado de trabalho na perspectiva da formação do educador musical. *Rev. da Abem*, Porto Alegre, Associação Brasileira de Educadores Musical, n. 8, mar. 2003, p. 87 – 91.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LOURO, Ana Lúcia. Professores universitários e mercado de trabalho na área de música: influências e abertura para o diálogo. *Rev. da Abem*, Porto Alegre, Associação Brasileira de Educadores Musical, n. 8, mar. 2003, p. 101-5.
- PEREIRA, Elisabete e outros. *Escola e universidade na pós-modernidade*. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos e MORAES, Sílvia E. (Orgs.). Campinas, SP: Mercado das Letras, São Paulo: Fapesp, 2000.
- Projeto Político Pedagógico. *Reestruturação curricular do curso de música da universidade estadual do Ceará – UECE*. 2 Vol. Fortaleza, Ce, novembro 2002.
- RAMALHO, Elba Braga. Um currículo abrangente, sim. In: *Rev. da Abem*, Porto Alegre, Associação Brasileira de Educadores Musical, n. 8, mar. 2003, p. 47 – 51.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. 6. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.